

M frat.

			<u>ATA N</u>	.º07/2	<u>012</u>			
<u>ATA APR</u>	OVADA	EM	MINUTA	DA	REUNIÃO	ORDINÁRIA	DA	CÂMARA
MUNICIPAL DE VIL	A DE RE	<u> </u>						
<u>DATA DA F</u>	REALIZAG	ÇÃO:	09 de ABF	RIL DE	E 2012	avanau		
<u>PRESENÇ</u>	<u>AS:</u> Presi	dente	– Maria Ir	ene da	a Conceição	Barata Joaquii	n	
Vice-Presid	dente – R	icardo	Jorge Ma	rtins A	ires			
Vereadore	s – Antór	nio Joi	rge Martins	Tava	res, José Ja	nuário Jerónim	ю е Р	aulo César
Laranjeira Luís								
SECRETAR	RIOU: Ana	a Lúci	a Mateus F	ranci	sco, Assister	nte Técnica		
<u>HORA DE</u>	ABERTUI	<u>RA</u> : D	eclarada a	berta	a reunião, p	ela Sr.ª Presid	ente c	la Câmara,
Maria Irene da Cono	eição Bar	ata Jo	paquim, era	am ce	rca de 10h02	2m		
<u>APROVAÇ</u>	ÃO DE A	TAEN	<u> MINUTA</u>					
De acordo	com o dis	posto	no n.º3 do	o artig	o 92 da Lei	n.º 169/99, de	18 de	Setembro,
com as alterações	introduzid	as pe	ela Lei n.º5	5-A/20	02, de 11 d	e Janeiro, a C	âmar	a Municipal
deliberou, por unar	nimidade,	apro	var a pres	sente	ata em mir	nuta a fim de	prod	uzir efeitos
imediatos								
<u>ANTES DA</u>	ORDEM	DO D	<u>IA</u>					
A Sr.ª Pres	idente da	Câm	ara tomou	a pala	avra para dai	r conhecimento	do se	eguinte:
*Relativame	ente à que	estão	da afluênc	ia dos	utentes Vila	irregenses ao	Centro) Hospitalar
do Médio Tejo, apó	ós verifica	ar que	os utente	es est	avam a ser	reencaminhac	los pa	ara Castelo
Branco, realizámos	uma reun	ião co	om a Direç	ão do	Centro Hosp	oitalar do Médio	o Tejo	, estando a
situação já resolvida	ì							
*Acrescento	ou ainda	que s	e comprei	nete	a efetuar dil	igências no se	entido	de que as
verbas associadas a	aos utente	s Vila	ırregenses	sejan	n alocadas a	o Centro Hjosp	italar	Médio Tejo
uma vez que estas e	estão a se	r cana	alizadas na	ıra Ca	stelo Branco	****		



ORDEM DO DIA (ART ^o 87 ^o DA LEI Nº169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA REDAÇAO
DADA PELA LEI N° 5-A / 2002, DE 11 DE JANEIRO):
PONTO 1 – Proposta da Divisão de Acção Social, Educação, Cultura e Desporto,
Subunidade Orgânica de Cultura e Juventude n.º 06/2012, sobre o assunto: "Diploma de
Competências Básicas" – para deliberação;
PONTO 2 – Informação da Divisão de Acção Social, Educação, Cultura e
Desporto, Subunidade Orgânica de Cultura e Juventude n.º 33/2012, sobre o assunto:
"Conclusão do levantamento do património religiosos / locais de culto" – para
conhecimento;
PONTO 3 – Informação da Divisão de Acção Social, Educação, Cultura e
Desporto, Subunidade Orgânica de Cultura e Juventude n.º 34/2012, sobre o assunto:
"Número de dormidas - 2011" — para conhecimento;
PONTO 4 – Oficio da Associação de Pais e Encarregados de educação dos
Alunos do Agrupamento de Escolas de Vila de Rei. Sobre o assunto:"Pedido de
subsídio"- para deliberação;
PONTO 5 – Exposição – Enquadramento do Município de Vila de Rei no Sistema
Nacional de Saúde" – para conhecimento;
PONTO 6 – Declarações nos termos da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro – para
deliberação;
PONTO 7 – Oficio da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei, sobre o assunto:
"Pedido de Apoio" – para deliberação;
PONTO 8 – Informação da Divisão de Acção Social, Educação, Cultura e
Desporto, Subunidade Orgânica de Cultura e Juventude n.º 37/2012, sobre o assunto:
"Colocação de placas em sítios históricos" – para conhecimento;
PONTO 9 – Oficio da Casa da Infância, Juventude e Terceira Idade de Vila de Rei,





frat

(Continuação da Ata nº 07/2012, de 09 de Abril de 2012)
sobre o assunto: "Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Vila de Rei e a
Casa da Infância, Juventude e Terceira Idade de Vila de Rei – pedido de colaboração" –
para deliberação;
Subunidade Orgânica Educação e Desporto n.º 35/2012, sobre o assunto: "Acção social
escolar – Jardim-de-infância" – para deliberação;
PONTO 11 – Proposta do Gabinete da Presidência sobre Regulamento dos
Cartões Etários Municipais – para deliberação;
PONTO 12 – Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto: "Projecto de
alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Vila de Rei"-
para deliberação;
DELIBERAÇÕES TOMADAS
Subunidade Orgânica de Cultura e Juventude n.º 06/2012, sobre o assunto: "Diploma de
Competências Básicas" – para deliberação;
Foi presente à Câmara a proposta mencionada em epígrafe cujo texto se passa a
transcrever:
Assunto: "Diploma de Competências Básicas"
Os desafios da empregabilidade nos dias de hoje estão cada vez mais associados às
novas tecnologias de informação, nesta medida, a Biblioteca Municipal José Cardoso Pires
enquanto potenciadora do conhecimento e da inovação associa-se a todas as iniciativas
propostas pela FDTI (Fundação para o Desenvolvimento das Tecnologias da Informação)
Querendo também promover a apropriação social de TIC, a literacia e a inclusão



digitais como instrumentos de modernização e qualificação dos cidadãos, pretende a BM.JCF
tornar-se entidade acreditada para a atribuição do Diploma de Competências Básicas
À consideração do executivo camarário."
Após análise da proposta acima transcrita, o Executivo Camarário aprovou por
unanimidade, tornar a Biblioteca Municipal José Cardoso Pires uma entidade acreditada para
atribuição do Diploma de Competências Básicas
PONTO 2 – Informação da Divisão de Acção Social, Educação, Cultura e
Desporto, Subunidade Orgânica de Cultura e Juventude n.º 33/2012, sobre o assunto
"Conclusão do levantamento do património religioso / locais de culto" – para
conhecimento;
A Câmara tomou conhecimento, da informação relativa à conclusão do levantamento
do património religioso / locais de culto
PONTO 3 – Informação da Divisão de Acção Social, Educação, Cultura e
Desporto, Subunidade Orgânica de Cultura e Juventude n.º 34/2012, sobre o assunto
"Número de dormidas - 2011" – para conhecimento;
Foi presente à Câmara a proposta mencionada em epígrafe cujo texto se passa a
transcrever:
"Informação n.º 34/2012
Assunto: "Número de dormidas - 2011"
Esta informação tem como objectivo comunicar o número de pessoas albergadas nos
alojamentos locais do Concelho de Vila de Rei durante o ano 2011
Desta forma divulga-se que no conjunto dos alojamentos existentes no Concelho
durante o ano de 2011 estiveram alojadas 3874 pessoas nos mesmos
Assim sendo, e em virtude dos investimentos realizados e que continua este Município
a fazer, esperamos potenciar ainda mais os resultados obtidos na frequência dos alojamentos





(Continuação da Ata nº 07/2012, de 09 de Abril de 2012)
locais, conjugado com os esforço a do executivo em divulgar as potencialidades Vilarregenses
de forma a incluir o nosso Concelho nas rotas de mais operadores turísticos
Salvo melhor opinião deixa-se à consideração superior."
A Câmara tomou conhecimentos da informação acima transcrita
PONTO 4 – Oficio da Associação de Pais e Encarregados de educação dos
Alunos do Agrupamento de Escolas de Vila de Rei. Sobre o assunto:"Pedido de
Subsídio"- para deliberação;
Antes de se iniciar a discussão do presente ponto ausentou-se o Vereador António
Jorge Martins Tavares, por se encontrar impedido de votar o presente ponto ao abrigo da
alínea a) do número 1, Art.º 44 do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro
Os membros com direito a voto aprovaram por unanimidade o pedido de subsídio, no
valor de €150 (cento e cinquenta euros)
Retomou aos trabalhos o Vereador António Jorge Martins Tavares
PONTO 5 – Exposição – Enquadramento do Município de Vila de Rei no Sistema
Nacional de Saúde" – para conhecimento;
O Executivo Camarário tomou conhecimento da exposição apresentada pelo Municipio
de Vila de Rei sobre o assunto mencionado em epígrafe no sentido de tudo fazer para garantir a
manutenção do encaminhamento dos Vilarregenses para o Centro Hospitalar do Médio Tejo
deliberação;
Após análise do assunto mencionado em epigrafe, a Câmara aprovou por unanimidade
as Declarações apresentadas, as quais se anexam à presente ata
Mais deliberou, considerá-las em condições de ser submetido ao conhecimento da
Assembleia Municipal



PONTO / - Officio da Santa Casa da Misericordia de Vila de Rei, sobre o assunto:
"Pedido de Apoio" – para deliberação;
Antes de se iniciar a discussão do presente ponto ausentou-se a Sr.ª Presidente da
Câmara - Maria Irene da Conceição Barata Joaquim, por se encontrar impedida de votar o
presente ponto ao abrigo da alínea a) do número 1, Art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de
Janeiro
Após análise do ofício apresentado, os membros com direito a voto, aprovaram por
unanimidade o pedido de apoio solicitado pela Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei, no
valor de €3.000,00 (três mil euros)
Retomou aos trabalhos a Sr.ª Presidente da Câmara - Maria Irene da Conceição
Barata Joaquim
PONTO 8 – Informação da Divisão de Acção Social, Educação, Cultura e
Desporto, Subunidade Orgânica de Cultura e Juventude n.º 37/2012, sobre o assunto:
"Colocação de placas em sítios históricos" – para conhecimento;
A Câmara tomou conhecimento da informação mencionada, relativamente à colocação
de quatro placas em sítios históricos nomeadamente, Antiga Igreja Matriz, Igreja da
Misericórdia, Ponte dos 3 Concelhos e Bicha Pintada
PONTO 9 – Oficio da Casa da Infância, Juventude e Terceira Idade de Vila de Rei,
sobre o assunto: "Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Vila de Rei e a
Casa da Infância, Juventude e Terceira Idade de Vila de Rei – pedido de colaboração" –
para deliberação;
Antes de se iniciar a discussão do presente ponto ausentou-se o Vice Presidente da
Câmara - Ricardo Jorge Martins Aires e o Vereador Paulo César Laranjeira Luís, por se
encontrarem impedidos de votar o presente ponto ao abrigo da alínea a) do número 1, Art.º 44
do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro



(Continuação da Ata nº 07/2012, de 09 de Abril de 2012)
Os membros com direito a voto, aprovaram por unanimidade o pedido de colaboração
solicitado, no valor mensal de € 1.000,00 (mil euros) a titulo de colaboração através do
protocolo celebrado entre as duas instituições
Retomaram aos trabalhos o Vice-Presidente da Câmara Ricardo Jorge Martins Aires e
o Vereador Paulo César Laranjeira Luís
PONTO 10 – Informação da Divisão Acção Social, Educação, Cultura e Desporto,
Subunidade Orgânica Educação e Desporto n.º 35/2012, sobre o assunto: "Acção social
escolar – Jardim-de-infância" – para deliberação;
Foi presente à Câmara a proposta mencionada em epígrafe cujo texto se passa a
transcrever:
"Informação n.º 35/2012
Assunto: "Acção Social escolar – Jardim-de-infância"
Foi enviado um ofício pelo Agrupamento de Escolas de Vila de Rei, com a referência
n.º 147 de 12 de Março de 2012através do qual remeteu a declaração da Segurança Social
referente ao escalão de abono de Família da aluna Lulia Denise Poran que frequenta a sala 1
do Jardim de Infância.
Assim o Despacho n.º 12284/2011 de 19 de Setembro define as condições referentes às
medidas de acção social escolar fixadas para o ano lectivo de 2011/2012, da responsabilidade
do Ministério da Educação e dos Municípios, nomeadamente no que refere aos auxílios
económicos destinados às crianças do Jardim de Infância
Depois de analisar a informação enviada pelo Agrupamento de Escolas de Vila de Rei
e cumprindo as imposições constantes no Despacho já mencionado é atribuído o escalão A à
aluna Lulia Denis Poran, com efeito a partir de 12/03/2012, data em que a declaração foi
entregue nos serviços administrativos da escola, cujo documento se anexa



À consideração do Exm.º Executivo Camarário."À
Após análise da informação acima transcrita, o Executivo Camarário aprovou por
unanimidade a atribuição do escalão A à aluna Lulia Denise Poran, que frequenta a Sala 1 do
Jardim de Infância
PONTO 11 – Proposta do Gabinete da Presidência sobre Regulamento dos
Cartões Etários Municipais – para deliberação;
Foi presente à Câmara a proposta mencionada em epígrafe cujo texto se passa a
transcrever:
PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS CARTÕES ETÁRIOS MUNICIPAIS
Constitui uma preocupação e é do interesse do Município, a promoção da qualidade
de vida de todos os munícipes, e como tal, foram criados o Cartão Jovem Municipal, o Cartão
Idade-Ativa e o Cartão do Idoso, cartões esses que acompanham os munícipes ao longo da
sua vida, proporcionando benefícios adequados à sua idade e estilo de vida
Nos termos da lei compete às autarquias locais promover a resolução dos problemas
que afectam as populações, pelos meios adequados e nas condições constantes de
regulamento municipal
Considerando a necessidade de reestruturar os apoios de forma a possibilitar ir ao
encontro das necessidades da população vilarregense, contribuindo para a dignificação e
melhoria das condições de vida desta população, surge a necessidade de uniformizar a
regulamentação dos diversos cartões nos termos e moldes constantes do presente documento.
Desta forma, apresenta-se (em anexo) uma proposta de Regulamento dos Cartões
Etários do Concelho de Vila de Rei, dando cumprimento ao disposto no nº 2 a) do artigo 53º da
Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro,
para após deliberação, a proposta de Regulamento seguir para discussão pública, fazendo



1/1	ı
1/	1
	that.

(Continuação da Ata nº 07/2012, de 09 de Abril de 2012)
Cumprir o artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo."
Após análise da proposta a Câmara aprovou por unanimidade a Proposta de
Regulamento dos Cartões Etários Municipais
Mais deliberou a Câmara, considerá-la em condições de ser submetida a exposição
pública
PONTO 12 – Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto: "Projecto de
alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Vila de Rei"-
para deliberação;
Foi presente à Câmara a proposta mencionada em epígrafe cujo texto se passa a
transcrever:
"GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Projecto de alteração ao Regulamento e à Tabela de Taxas e Licenças do
Município de Vila de Rei
O novo Regulamento e tabela de taxas e licenças do município de Vila de Rei,
aprovado no ano 2010 em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, veio procurar
harmonizar o cálculo das taxas e tarifas entre os diversos municípios que integram a CIMPIS
Com o intuito de clarificar e definir quais as actividades que estão isentas ao abrigo do
artigo 21º do Regulamento de Taxas e tendo em consideração que o objectivo do apoio a
actividades culturais e desportivas será o carácter formador dessas colectividades, vimos assim
alterar a redacção do respectivo artigo para adequar o objectivo da isenção evitando assim
duvidas na aplicação do artigo
Após a entrada em vigor, com o decorrer do tempo os vários serviços da Câmara
Municipal, depararam-se com algumas dificuldades, em aplicar determinadas normas da tabela
de taxas, designadamente por existirem algumas gralhas e problemas com a numeração,



nomeadamente com o artigo 1.º n.º 26 e com o artigo 24º n.º 3 c)
A Competência para a atribuição de licença de condução, matricula ou registo,
incluindo livrete ou chapa de matricula de ciclomotores, motociclos de cilindrada não superior a
50 cm³ e de veículos agrícolas e reboques passou para o Instituto de Mobilidade e Transportes
Terrestres, deixando assim de ser necessária a manutenção das taxas referentes a este serviço
na Tabela de Taxas, devendo os artigos 29º e 30º ser revogados
Entretanto surgiu a necessidade de modificar alguns artigos da tabela de taxas em
virtude das alterações aos regulamentos do Cartão Jovem Municipal, Cartão da Idade Activa e
Cartão do idoso
Os serviços informaram também a para a redacção do artigo 14.º n.º 7 b), dado que o
mesmo não distingue espécies de crescimento rápido das outras, podendo criar-se um
mecanismo que incentive a plantação de outras espécies, que não as de crescimento rápido
Os serviços apontaram uma lacuna na tabela de taxas, já que no artigo 44º n.º 1 não
está prevista uma taxa para os casos em que um corpo é transladado para de um outro
cemitério para o nosso, existindo assim a necessidade de suprimir a mesma
A necessidade de criar preço para uma nova colecção de postais, conforme
informação que se junta em anexo
Desta forma, apresenta-se (em anexo) uma proposta de alteração ao Regulamento e à
Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Vila de Rei, para após deliberação, a
proposta de Regulamento seguir para discussão pública, fazendo cumprir o artigo 118º do
Código do Procedimento Administrativo."
Após análise da proposta a Câmara aprovou por unanimidade a Proposta de alteração
ao Regulamento e à Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Vila de Rei
Mais deliberou a Câmara, considerá-la em condições de ser submetida a exposição
pública





(Continuação da Ata nº 07/2012, de 09 de Abril de 2012)
FORA DA ORDEM DO DIA
A Câmara aprovou por unanimidade a integração do seguinte ponto fora da Ordem do
Dia
assunto: "Arrendamento das instalações da conservatória do Registo Civil e Predial" –
para deliberação;
Foi presente à Câmara a informação mencionada em epígrafe cujo texto se passa a
transcrever:transcrever:
"Informação n.º 8/DFP
Assunto: "Arrendamento das instalações da Conservatória do Registo Civil e Predial;"-
Foi recebido o ofício n.º5098 de 15.03.2012 do Instituto de Gestão Financeira e de
Infra-estruturas da Justiça, I.P. referente ao pedido de renegociação do valor da renda das
instalações da Conservatória do Registo Civil e Predial no edifício dos Paços do Concelho de
Vila de Rei visto estar a prosseguir uma política de redução de custos de exploração devido a
redução significativas do seu orçamento.
Desta forma, vem solicitar que o Município de Vila de Rei aceite a redução de 10% do
valor da renda actualizado para o ano de 2012
Neste momento, a renda mensal das referidas instalações é de € 1.246,99, o que
reduzindo 10% (€ 124,70) perfaz uma renda mensal de € 1.122,29 proposta pelo referido
instituto
Concluindo, propõe-se a deliberação da Câmara Municipal no sentido de decidir se
aprova ou não a redução
À consideração Superior."
Após análise da informação acima transcrita, a Câmara aprovou por unanimidade,



aprovar a redução em 10% do valor da renda das instalações da Conservatória do Registo Civil
e Predial no edifício Paços do Concelho
<u>ENCERRAMENTO DA REUNIÃO</u>
E não havendo mais nada a tratar – e referindo que todos os documentos
apresentados na presente reunião de Câmara se dão como integralmente transcritos -, foi
dada por finda a reunião pela Sr.ª Presidente da Câmara, eram cerca de 11.45h, da qual, para
constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que será assinada pela Sr.ª Presidente da
Câmara Maria Irene da Conceição Barata Joaquim e por mim, Ana Lúcia Mateus Francisco que
a secretariei e processei em computador.
fratancism